PUBLICAÇÕES EDIPUCRS

José Niraldo de Farias
O SURREALISMO NA POESIA DE JORGE DE LIMA
Memória das Letras 16
2003, 160p.

Os pedidos deverão ser encaminhados à:

EDIPUCRS
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal 1429
90619-900 - Porto Alegre -- RS/BRASIL
www.pucrs.br/edipucrs/
E-mail edipucrs@pucrs.br
Fone/Fax: (51) 3320.3523

Pressuposição: Frege x Russell x Strawson x Dummett

O início do debate

Ana Maria Ibaños PUCRS

Pressuposition remains, ninety years after Frege's remarks on the subject, still only partially understood, and an important ground for the study of how semantics and pragmatics interact (Levinson, 1983, p. 225).

O tema da pressuposição tem merecido a atenção de estudiosos de diversas áreas nos últimos tempos dada a complexidade interdisciplinar que ele envolve. Questões lógicas e lingüísticas intrincadas têm desafiado um sem número de propostas desde a década de setenta especialmente.

Para Kempson (1975), um dos problemas em se trabalhar pressuposição em lingüística é que é a separação dos conceitos pragmáticos e semânticos é raramente honrada. Além disso, o termo 'pressuposição' tem sido usado indiscriminadamente para cobrir uma variedade de relações, como condições de felicidade, contexto e conhecimento mútuo, entre outras. O que não se pode negar, no entanto, é que existe um conjunto de fatos sobre o comportamento pressuposicional que são passíveis de observação e classificação.

O presente ensaio pretende ser mais uma reorganização dos problemas cruciais sobre a pressuposição do que propriamente qualquer tentativa de solucioná-los. Nesse sentido, o trajeto que percorreremos, embora curto, irá das primeiras reflexões de Frege e Russell que praticamente delinearam a noção de pressuposição em suas formas modernas até às portas da Lingüística contemporânea.

A noção de pressuposição tem sua origem moderna nos debates filosóficos entre Frege "On sense and reference" (1892), B. Russell "On denoting" (1905), P. F. Strawson On referring" (1950) e M. Dummet "Truth" (1959), referentes à teoria do significado subjacente ao conceito de forma lógica e a considerações sobre como expressões referenciais das línguas naturais podem ser transcritas para as linguagens lógicas. O presente texto visa a retomar o fio histórico dessas abordagens que servirão para costurar os fundamentos dos estudos lingüísticos sobre pressuposição, tanto em nível semântico quanto pragmático.

1 Frege

A primeira menção de pressuposição aparece com Frege (1892) em seu artigo 'Über Sinn und Bedeutung' (Sobre o sentido e a referência), onde ele estabelece que ao se asserverar algo, sempre se pressupõe que os nomes próprios utilizados, simples ou compostos, tenham uma referência.

 If anything is asserted there is always an obvious presupposition that the simple or compound proper names used have meaning (1984, p. 168).

A explicação de tal asserção é imediatamente dada através do exemplo que se tornou clássico

- (1) Kepler morreu na miséria
- (II) If therefore one asserts 'Kepler died in misery' there is a presupposition that the name 'Kepler' designates something (ibid., p. 168).

Frege continua a explicação, salientando que o sentido da sentença (1) não contém o pensamento de que 'Kepler' designa algo, pois, se assim fosse, a negação não seria

(2) Kepler não morreu na miséria.

Como intuitivamente asseveraríamos, mas

 Kepler não morreu na miséria, ou o nome 'Kepler' não tem referência.

Frege ressalta, porém, que não estamos tratando de acarretamento lógico, como poderíamos pensar, mas, sim, de pressuposição de que o nome refere (III) That the name 'Kepler' designates something is just as much a presupposition for the assertion 'Kepler died in misery' as for the contrary assertion" (Ibid., p. 168).

Embora esse insight de Frege tenha servido de base para todas as discussões posteriores, Costa (1988) faz notar que, na realidade, Frege não estava fazendo uma análise sobre a pressuposição existencial, como foi considerada, mas, sim, sobre a pressuposição da referência

(IV) O que Frege realmente faz, então, é subordinar a necessidade de o nome próprio referir, ao fato de ele estar numa sentença, e de essa sentença estar sob julgamento lógico (p. 41).

Em seu próprio artigo, Frege reafirma essa posição mais de uma vez

- (V) A logically perfect language (Begriffsschrift) should satisfy the conditions that every expression grammatically well constructed as a proper name out of signs already introduced shall in fact designate an object, and that no new sign shall be introduced as a proper name without being secured a meaning (p. 169).
- (VI) I regard as no less pertinent a warning against apparent proper names without any meaning (p. 169).

Esta questão da pressuposição, para Frege, não se limita a casos de oração simples. Da mesma forma que nessas, ele ressalta o status do significado das orações adverbiais de lugar e tempo, demonstrando que o mesmo está vinculado à pressuposição

(VII) Places, instants, stretches of time, logically considered, are objects. [...] Now adverbial clauses of place and time can be used to construct such a proper name [...] In the case 'After the separation of Schleswig Holstein from Denmark, Prussia and Austria quarrelled' [...] is surely sufficiently clear that it is not to be taken as a part of the thought that Schleswig-Holstein was once separated from Denmark, but that this is the necessary presupposition 'After the separation... from Denmark' to have any meaning at all (Ibid., p. 170).

Embora o objeto central de seu estudo não tenha sido pressuposição, seu *insight*, proveniente de sua discussão sobre sentido e referência, conforme salientado anteriormente, serviu de base para discussões subseqüentes, baseadas em interpretações realizadas por diversos autores do ponto de vista fregeano

- (VIII) The presupposition of an assertion will be taken to be a condition found in the meaning of the sentence expressing the proposition. It expresses a referential requirement whose satisfaction is the condition under which the proposition can make a statement. [...] Determinate propositions are those that have a truth-value, indeterminate ones are those that do not. In saying that there are presuppositions we undertake to defend the view that not all non-generic propositions expressed by well-formed declarative sentences are neither true or false (Katz, 1972, p. 130).
- (IX) A teoria da pressuposição de Frege pode ser resumida da seguinte forma:
 - Expressões referenciais e orações temporais (por exemplo) carregam pressuposições de maneira que elas de fato referem;
 - Uma sentença e a sua negação compartilham do mesmo conjunto de pressuposições;
 - III. Para que uma asserção (como no caso da de Kepler) ou uma oração (como no caso da de Schleswig-Holstein) sejam verdadeiras ou falsas, suas pressuposições devem ser verdadeiras ou satisfeitas (Levinson, 1983, p. 170).

O ponto de vista de Frege não foi aceito incondicionalmente, sendo, treze anos mais tarde, refutado sistematicamente por outro grande filósofo, Bertrand Russell, cujas objeções serão apresentadas a seguir.

2 Russell

Russell (1905) rejeita o ponto de vista de Frege, ressaltando que este está completamente errado, à medida em que não leva em consideração os casos em que as sentenças não apresentam referentes próprios. Como uma sentença pode ter significado se ela não possui referente? As explicações dadas por Frege em seu artigo 'Sobre o Sentido e a Referência' levam a anomalias.

A tese de Russell deriva de seu trabalho sobre descrições definidas, apresentado no artigo 'On denoting' (1905), onde, explicitamente, apresenta sua oposição a Frege

(X) [...] I shall begin by stating the theory I intend to advocate; I shall then discuss the theories of Frege and Meinong, showing why neither of them satisfies me [...] (1971, p. 42).

Conforme Katz (1972), a diferença nas teorias de Frege e Russell encontra-se na especificação da classe dos enunciados. Russell considera a boa formação gramatical de uma sentença declarativa como condição para que ela seja verdadeira ou falsa, enquanto que Frege assume que tal condição depende de considerações que vão além da gramática. Melhor, no entanto, é se passar diretamente para o próprio Russell, começando pela descrição de sua teoria, para se verificar em que aspectos ambas diferem.

(XI) My theory is as follows. [...] C (everything) means 'C (x) is always true'; C (nothing) means ' "C (x) is always false" is always true'; C (something) means 'It is false that "C (x) is false" is always true'! (1971:42)

Ao explicar tal fórmula, Russell acrescenta que 'everything', 'nothing' e 'something' não apresentam qualquer significado isoladamente, mas que um significado é designado a cada proposição na qual elas ocorrem. Em outras palavras, sua teoria das descrições advoga que frases (ou frases denotativas) não possuem qualquer significado por si mesmas, mas cada proposição na qual a expressão verbal ocorre tem um significado.

(XII) Thus if 'C' is a denoting phrase, it may happen that there is one entity x (there cannot be more than one) for which the preposition 'x is identical to C' is true [...]. We may then say that the entity x is the denotation of the phrase 'C'. [...] the phrase per se has no meaning, because in any proposition in which it occurs the proposition, fully expressed, does not contain the phrase, which has been broken up (ibid., p. 51).

Retomando a teoria de Frege que distingue dois elementos (sentido e referência) em uma frase denotativa, Russell salienta a dificuldade em se adotar esse ponto de vista quando a referência parece ausente:

(XIII) But now consider 'The King of France is bald'. [...] this also ought to be the denotation of the phrase 'The King of France'. But this phrase [...] has certainly no denotation, at least in any obvious sense" (ibid., p. 46).

Isso parece ser um dos quebra-cabeças a serem resolvidos por uma teoria lógica

(XIV) By the law of excluded middle, either 'A is B' or 'A is not B' must be true. Hence either 'the present king of France is bald' or 'the present king of France is not bald' must be true. Yet if we enumerated the things that are bald, and then the things that are not bald, we should not find the present king of France in either list (ibid., p. 48).

Levando-se em consideração as explicações fregeanas, deverse-ia, então, de acordo com Russell, considerar

(4) 'O rei da França é careca'

como sem sentido. Russell rejeita esta conclusão, afirmando que, na realidade, estamos tratando de uma sentença falsa, conforme pode ser demonstrado através da tabela verdade.

- I. 'O rei da França é calvo' a) Há um rei da França P
- b) Há số um rei da França Q c) O rei da França é calvo R

E a melhor maneira de se evitar a dificuldade do quebracabeça seria a de repensar a ontologia da teoria:

[...] we must abandon the view that the denotation is what is concerned in propositions which contain denoting phrases (ibid., p. 47).
 [...] if we allow that denoting phrases, in general, have the two sides of meaning and denotation, the cases where

there seems to be no denotation cause difficulties both on the assumption that there really is none (ibid., p. 47).

Para Russell, a solução está em distinguir duas ocorrências distintas de denotação: primária e secundária. Em outras palavras, deve-se saber se a ocorrência é de Dicto ou de Re.

(XVI) The distinction of primary and secondary occurrences also enables us to deal with the question whether the present king of France is bald or not bald, and generally with the logical status of denoting phrases that denote nothing. If 'C' is a denoting phrase, say 'the term having the property F' then 'C has the property Ø' means 'one and only one term has the property F, and that one has the property Ø'. If now the property F belongs to no terms, or to several, it follows that 'C has the property Ø'is false for all values of Ø. Thus 'the present king of France is bald' is certainly false; and 'the present king of France is not bald is false if it means 'It is false that there is an entity which is now king of France and is not bald' but is true if it means 'It is false that there is an entity which is now king of France and is bald (Ibid., p. 53).

Assim, Russell considera que a falsidade ou veracidade da asserção (5) abaixo, dependerá de a ocorrência 'o rei da França' ser primária ou secundária, conforme explicado em termos lógicos a seguir.

(5) 'O rei da França não é careca'

II.

(a) (
$$\exists x (Kx) / \neg \exists y (y \neq x) \land (Ky) \land Bx$$
)
(b) $\sim (\exists x (Kx) \land \neg \exists y ((y \neq x) \land (Ky) \land Bx))$
(c) ($\exists x (Kx) \land \neg \exists y (y \neq x) \land (Ky) \land Bx$)

Onde (a) será parafraseado como 'Existe um x tal que x é o rei da França e não existe mais ninguém que seja o rei da França e ele é calvo', enquanto que (b) terá a leitura 'Não é o caso que (1) exista um x que seja o rei da França, (2) não exista mais ninguém que seja o rei e (3) ele é calvo' e, por fim, (c) será lido como 'Existe um x tal que x é rei da França e não existe ninguém mais que é o rei da França e não é calvo'.

De acordo com Russell, (b) constitui-se num exemplo de ocorrência secundária (de Dicto), enquanto que (c) constitui-se em uma ocorrência primária (de Re). Portanto, se for utilizado o escopo da ocorrência primária como em (c), (5) nega apenas o predicado que se aplica ao rei, isto é, ser careca, sendo, por isso, falsa, por não existir tal rei. Por outro lado, se for utilizada a ocorrência secundária como em (b), (5) nega a existência do rei da França, sendo, portanto, verdadeira.

Ao adotar esse tipo de formulação, que transforma o suposto sujeito gramatical 'O rei da França' em um predicado 'x é o rei da França', Russell demonstra que o sujeito gramatical não representa, necessariamente, um sujeito lógico, e vai mais adiante, faz com que o enunciado apresente uma afirmação existencial explícita que

(XVII) [...] como tal, pode ser verdadeiro ou falso, mas nada há na formada sentença que nos obrigue a aceitar a existência de um objeto correspondente a uma descrição, pois a descrição foi eliminada. Afirmamos diretamente que existe um objeto de certas características, mas se o mundo não contém nada semelhante, nossa afirmação é falsa e nada mais" (Simpson, 1979, p. 93).

Grosso modo, a análise de Russell permaneceu indiscutível até por volta dos anos 50, quando Strawson com seu artigo 'On referring' (1950) apresentou uma abordagem nova, aproximandose de Frege, justamente contrapondo a Teoria das Descrições, como será visto a seguir.

3 Strawson

Como mencionado acima, o trabalho de Strawson visou refutar o de Russell, em aspectos, considerados pelo autor, como básicos.

(XVIII) I think it is true to say that Russell's Theory of Descriptions [...] is still widely accepted among logicians as giving a correct account of the use of such expressions (those with the form 'the so-and-so') in ordinary language. I want to show in the first place that this theory, so regarded, embodies some fundamental mistakes (1974a, p. 162).

Um dos erros fundamentais de Russell, segundo Strawson, se deve ao fato de Russell não distinguir sentenças do uso de sentenças, que o levou a considerar (4) acima ou como verdadeira, ou como falsa. Strawson rebate essa idéia, salientando que sentenças não são nem verdadeiras nem falsas, somente os enunciados é que podem ser avaliados dessa forma.

(XIX) [...] we cannot talk of the <u>sentences</u> being true or false, but only of its being used to make a true or false assertion, or (if this is preferred) to express a true or false proposition (Ibid., p. 171).

Por esse motivo, de acordo com Strawson, Russell comete outro grande erro, isto é, confunde referência com significado.

(XX) The source of Russell's mistake was that he thought that referring or mentioning, if it occurred at all, must be meaning. [...] he confused expressions with their use in a particular context; and so confused meaning with mentioning, with referring (Ibid., p. 171).

Strawson explica essa confusão em termos de sentença e do uso delas.

(XXI) Meaning (in at least one important sense) is a function of the sentence or expression; mentioning and referring and truth or falsity are functions of the use of the sentence or expression" (Ibid., p. 170).

Conforme Levinson (1983), foi este insight de Strawson que o levou a estabelecer um tipo especial de relação entre (4) e (6) abaixo

(6) 'Existe atualmente um rei da França'

isto é, (6) é uma pré-condição para que (4) seja considerada ou verdadeira ou falsa, e esta relação é chamada de pressuposição, um tipo especial de inferência pragmática, que deriva de convenções sobre o uso de expressões referenciais.

(XXII) To say 'The king of France is wise' is, in some sense of 'imply' that there is a king of France. [...] 'implies' in this sense is certainly not equivalent to 'entails' (or 'logically implies')" (Strawson, p. 174).

Sua posição em relação à implicatura lógica ou material se deve ao fato de que, para Strawson, a tarefa de identificar a referência é definida em termos da intenção do falante em satisfazer uma condição de unicidade conhecida pelo ouvinte. Da mesma forma, também não pode dizer que esta relação entre o nome e os fatos que o distinguem dos outros possa ser considerada em termos de asserção. Pressuposição, então, está em contraste com asserção e acarretamento.

- (XXIII) [...] when a man uses an expression (The king of France), he does not to assert, nor does what he says entail a uniquely existential proposition [...] but the use of 'the' shows, but does not state, that we are, or intend to be, referring to one particular individual of the species 'suchand-such' (Ibid., p. 176).
- (XXIV) [...] that there exists a particular item to which the name or description is applicable and which, if not unique in this respect, satisfies some uniqueness-condition known to the hearer [...] is no part of what the speaker asserts in an utterance [...] it is, rather. A presupposition of his asserting what he asserts (1974b, p. 201).

Resumindo Strawson, pode-se dizer que sua análise e o estudo dos problemas não resolvidos por Russell parecem apresentar uma solução plausível para a questão dos valores de verdade. Ao considerar que quando uma sentença não adquire status de uma proposição não carece de valor de verdade, dá o desfecho necessário ao impasse experimentado por Russell

(XXV) Strawson's article 'On Referring' sided with Frege held that meaning was not referring and that 'the present king of France is bald' [...] was without a truth-value, neither true nor false, since there was no king of France, as it (he said) presupposed, rather than stated or entailed (as Russell had said) (Caton, 1971, p. 9).

e abre caminho para o estudo da pressuposição

(XXVI) [...] Aqui, pensa Strawson, o conceito de pressuposição [e da maior relevância. Apesar de sua complexidade, tal conceito poderia ser refinado para funcionar exatamente como esse conjunto de pressuposições que devem constituir a base da identificação que sustenta o nome próprio (Costa, 1988, p. 95).

Contudo, como nada parece ser absoluto em termos de teorias, também a solução de Strawson é questionada, principalmente no que se refere à sua utilização de conceitos como 'verdadeiro' e 'falso'. Dummett (1959, 1960), conforme será visto em 4, pode ser apontado como um dos questionadores de Strawson e dos pressuposicionalistas em geral.

4 Dummett

Atlas (1979) refere-se a Dummett como um dos filósofos cujo trabalho serviu como base fundamental para a discussão sobre pressuposição. No entanto, é bom salientar que o próprio Dummett não considera pressuposição como o ponto central de seu trabalho, como também ocorreu com outros autores aqui analisados.

(XXVII) Interest in the doctrine of presupposition had led to an interest in the concept of truth; and this, in turn, led me to an interest in the question how, if at all, it is possible to criticise or question fundamental logical laws that are generally accepted" (1978, p. xix).

Por essa razão, não se fará uma análise exaustiva de seu trabalho, mas, sim, serão apresentados alguns comentários realizados pelo autor, relevantes para este trabalho.

Em seu artigo 'Truth' (1959), Dummett faz uma análise dos conceitos 'verdadeiro' e 'falso' e aproveita para salientar a necessidade de se avaliar a relação dessas noções com pressuposição. Uma vez que as explicações dadas à pressuposição implicam o estabelecimento da verdade ou falsidade de uma asserção, nada mais certo seria determinar a exatidão de tais noções

(XXVIII) The notion of presupposition is explained in terms of those of truth and falsity: so the question is what determines the application of these notions (Ibid., p. xv).

e critica Strawson em seu artigo 'Presupposition' (1960) por justamente não definir com precisão o que entende por 'verdadeiro' e 'falso'

(XXIX) [...] Strawson does not explain the way in which he is using 'true' or 'false'; [...] He says that the uses of 'true' and 'false' he describes 'yield the standard and customary logic' of the statements in question (1978, p. 26).

salientando que para a pressuposição de Strawson não adianta definir 'verdade' apenas, pois, 'verdade' e 'falsidade' estão inseparáveis

(XXX) His (Strawson) notion of presupposition, however, depends essentially on having a sense for 'false' in which it does not mean merely not true. [...] it is plain that Strawson intends 'S is false' to mean 'the negation of S is true' (Ibid., p. 27). Para Dummett, um dos problemas de Strawson está, justamente, em utilizar esta noção de operador de negação sentencial. Uma vez que nas línguas naturais não existe tal operador, Strawson, que tanto critica a lógica formal pela utilização desses mecanismos, parece Ter seguido o mesmo caminho. E ao adotar um operador de negação que transforma 'F é G' em 'F não é G', Dummett pergunta que tipo de tabela de três valores de verdade deverá Strawson adotar para os conetivos sentenciais ? Como esta questão não é respondida por Strawson, Dummett levanta um segundo problema, isto é, se pressuposição é vista em relação à verdade e à falsidade, tal noção é falha quando se está tratando de uma sentença assertórica que não seja nem verdadeira nem falsa.

(XXXI) But, as I argued in 'Truth', while in the case of a bet, the significance of a gap in the case of an assertoric or even an imperatival utterance. On the most basic principle for the application of 'true' and 'false', there is no room for an utterance that can be recognised as having been neither true nor false: the notion of presupposition is not intelligible if explained in terms of the notions of truth and falsity, when these are applied in accordance with this principle (Ibid., p. xvii).

Decorre daí o ataque de Dummett à noção de pressuposição como entendida até então

(XXXII) 'Truth' was thus intended as, in part, a criticism of the presupposition doctrine. It was a defence of the principle of tertium non datur against certain kinds of counter example [...] (1978, p. xviii).

e o questionamento sobre a equiparação de sua importância com a da asserção

(XXXIII) The question, however, that appeared to me to be central and yet, so far as I know, never to be discussed by Strawson and his followers, was whether the notion of presupposition is as fundamental as that so assertion (Ibid., p. xv).

Dummett conclui que, para o estudo da pressuposição, o mais importante é de saber da possibilidade de aplicar tabelas-verdade aos operadores de negação sentencial, e não apenas estabelecer diferenças de sentido de 'verdade' e 'falso', como Strawson fez em relação à teoria de Russell.

Conforme mencionado na introdução deste ensaio, a apresentação dos fundamentos filosóficos visa apenas a servir de base para os estudos lingüísticos da pressuposição, mas isto já requer um outro artigo.

Referências

ATLAS. How linguistics matters to philosophy: presupposition, truth, and meaning. In: OH: DINNEEN (eds.). Syntax and semantics. New York: Academic Press, 1979. v. 11.

CATON. Philosophy and ordinary language. Urbana, IL: University of Illinois, 1971.

COSTA, J. C. O status lógico-lingüístico da nomeação: uma questão problemática de Filosofia da Linguagem. Porto Alegre, PUCRS, 1988 (Xerox)

DUMMET, M. Truth._Proceedings of the Aristotelian Society, n. 59, p. 141-162, 1959.

- . Truth and other enigmas. Great Britain: Duckworth, 1978.

FREGE, G. (1892). On sense and reference. In: GEACH; BLACK (eds.). Translations from the philosophical writings of Gottlob Frege. Oxford: Blackwell, 1952.

KATZ. Semantic Theory. New York: Harper & Row, 1972.

KEMPSON, R. Presupposition and the delimitation of Semantics. Great Britain: Cambridge University Press, 1975.

LEVINSON. Pragmatics. London: Cambridge University Press, 1983.

RUSSELL, B. (1905). On Denoting. In: Logic and Knowledge Essays 1901-1950.New York: Capricorn Books, 1971.

SIMPSON, T. M. Linguagem, realidade e significado. 2. ed. São Paulo: Francisco Alves, EDUSP, 1979.

STRAWSON, P. F. (1950). On referring. In: ZABEEH; KLEMKE; JACOBSON (eds.). Readings in semantics. Urbana: University of Illinois Press, 1974a.